



CELESC

Foto: Jerry Conceição

OSTRA AO ÓLEO

Abandono do CeFA gera desastre ambiental



Segundo amplamente divulgado na imprensa local, depois de quase 3 meses de um grande desastre ambiental, a Celesc foi multada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama) em R\$ 50 milhões. O caso, que se arrasta sem solução até o momento, teve início em novembro de 2012, quando foi detectado um vazamento de óleo transformador no centro de treinamentos da Celesc (CeFA). O derramamento de aproximadamente 12 mil litros de óleo na região entre os bairros da Tapera e o Ribeirão da Ilha, na Capital, e a falta de uma solução para o problema chegou a acarretar na proibição da extração, venda e consumo de ostras e outros moluscos e peixes em 5 cidades da Grande Florianópolis. O impacto ambiental por si só já é motivo para que o debate sobre o centro de treinamentos da Celesc volte à tona, mas não exime uma análise ainda mais rigorosa dos fatos.

A ALIENAÇÃO DO CEFA

Em meados de 2010, o CeFA foi envolvido em uma negociação entre Governo Federal e Estadual para a ampliação do Aeroporto de Florianópolis. A negociação, aprovada pelos deputados estaduais (governistas e oposicionistas), jogou uma pá de cal em um dos maiores e mais renomados centro de treinamentos para eletricitários da América Latina, motivo de orgulho para todos os Celesquianos. Ainda segundo esta negociação, os trabalhadores da Celesc seriam beneficiados com uma parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para treinamento e capacitação, fato que nunca foi consolidado. O CeFA fazia parte da garantia processual decorrente de uma ação judicial dos trabalhadores de Concórdia e ficou bloqueado até o acordo entre as partes, firmado no fim de 2011. A alienação do CeFA evidenciou o processo de sucateamento da Celesc, que foi “bandeira” das gestões do governo Luiz Henrique da Silveira. Durante o mandato do então governador e da gestão dos inúmeros presidentes que pela Celesc passaram, a empresa foi sucateada com o propósito de comprometer a imagem perante a sociedade, precarizar o atendimento aos consumidores e, assim, justificar a privatização. A estratégia quase obteve êxito, mas a força dos trabalhadores organizados através dos sindicatos que compõem a Intercel garantiu permanência da Celesc Pública. As marcas daquele período ainda estão bastante nítidas. E a atual situação do Cefa, que ocasionou o desastre ambiental, é prova disso.

ABANDONO, RESPONSABILIDADES E IMPACTO AMBIENTAL

O centro de treinamentos está abandonado. E isso atrai problemas. Em novembro de 2012, o local foi invadido e vários materiais elétricos, como cabos e componentes de transformadores foram furtados. Foi então que surgiu o problema. Um transformador que deveria estar desativado teve um componente roubado, ocasionando o derramamento de óleo no meio ambiente. O problema foi relatado por um vigia contratado da Celesc, no livro de ocorrências da UFSC, em 19 de novembro. Em nota divulgada pelo Jornal Hora de Santa Catarina do dia 15 de janeiro de 2013, a Celesc teria afirmado que em 27 de dezembro de 2012 já havia removido completamente o volume de óleo do canal e que adotaria “as providências julgadas necessárias quando concluídas a apuração das responsabilidades”. Estas informações ainda geram mais dúvidas: se o vigia no Cefa é contratado da Celesc, por que o registro do incidente foi feito à UFSC? Ainda segundo o jornal Hora de Santa Catarina do mesmo dia, o presidente da Fatma, Murilo Flores, afirmou que “os transformadores pertenciam à Celesc, mas que o terreno está sob o domínio da UFSC”. Ao mesmo jornal, o procurador da UFSC, Cesar Azambuja, afirmou que “a USFC não recebeu o imóvel (...) por que a área estaria alienada por causa de dívidas da estatal”. A Celesc não se manifestou, gerando ainda mais dúvidas. Ora, se já foi realizado o acordo da ação judicial da URP, onde o Cefa estava como garantia, por que o imóvel não foi repassado de uma vez a UFSC? E mais: por que os transformadores em desuso não foram esvaziados e descartados de forma correta? De quem é a responsabilidade por este descarte?

CONTINUA NA PÁG. CENTRAL



INVESTIGAÇÃO E MULTA PARA A CELESC

A situação chegou à Polícia Federal, que em 16 de janeiro abriu inquérito para apurar a responsabilidade pelo vazamento de óleo.

A suspeita de que o óleo utilizado nos transformadores seria o ascarel, altamente tóxico e cancerígeno ligou mais um alerta. A Celesc havia negado o uso do óleo, mas conforme divulgado pelo jornal Diário Catarinense de 22 de janeiro de 2013, o laudo do laboratório do Senai de Blumenau “constatou a concentração de ascarel (PCB) 2 milhões de vezes mais do que o permitido”.

Segundo o DC, a comprovação do uso do ascarel em quantidade muito superior a permitida motivou a aplicação de uma multa de R\$ 50 milhões (teto da legislação) à Celesc. Além desta multa a empresa já havia sido multada em R\$ 50 mil diários, desde a constatação do problema até sua resolução total.

O uso do ascarel traz ainda mais problemas à uma situação já desesperadora. Com a contaminação do meio ambiente, além de prejudicar os maricultores da grande Florianópolis (que na manhã do dia 21 de janeiro realizaram uma grande manifestação no Mercado Público da Capital pedindo a responsabilização da Celesc) e piorar significativamente sua imagem perante a sociedade, a Celesc agora deve esclarecer o uso do ascarel, depois de ter negado.

NEGLIGÊNCIA, ABANDONO E O FUTURO

A postura da Celesc neste caso é um grande ponto negativo. Falta uma comunicação objetiva com a sociedade, que dê a informação correta e não fique evidenciando a incapacidade de resolver o problema. A falta de uma definição sobre o CeFA, entretanto é a pior das notícias. Enquanto o centro de treinamentos fica abandonado e a permuta com a UFSC não é concluída, a Celesc permanece como responsável de fato pelo imóvel, passível de todas as punições pelo vazamento de óleo. No mais, não guarda lógica a permuta com a Universidade não ser precedida do devido descarte dos equipamentos da Celesc que permaneceram no local. Transformadores, cabos e demais equipamentos são patrimônio da empresa e deveriam ser tratados como tal, com a destinação adequada, seja ela a reciclagem, a alienação em leilões como sucata ou a realocação em outras unidades da Companhia.

Por fim, fica o questionamento: de quem é a responsabilidade pelo CeFA? Se este permanece na alçada da Celesc porque ele está abandonado e sem utilização? Quando será celebrada de fato a permuta com a UFSC? A parceria entre Celesc e UFSC para educação continuada dos empregados da Celesc sairá do papel? Onde e em quais condições serão treinados os novos empregados que serão admitidos após seleção via Concurso Público que será realizado no dia 03 de fevereiro? Na segunda-feira, dia 21, um acordo entre Ministério Público Federal, representantes dos maricultores e órgãos ambientais pôs fim a restrição de produção e comercialização de ostras, mariscos e berbigões na grande Florianópolis. Entretanto, o estrago na imagem da Celesc já foi feito e será de difícil reparação.

CELESC CADA VEZ MAIS PÚBLICA

A atual situação do CeFA, que ocasionou o desastre ambiental é prova, entre outras, de que muito ainda é preciso fazer para fortalecer o papel público da maior empresa estatal de Santa Catarina. Devemos continuar atentos e não permitir que esse fato sirva de “bode expiatório” para os que, de forma explícita ou velada, sempre buscam se aproveitar de situações como essa para disseminar a privatização da Celesc.



Maricultores protestam contra a Celesc (esq.). Investigação teria confirmado presença de ascarel no óleo que vazou no meio ambiente



ELETROSUL

Os ventos que sopram na Eletrosul

Recentemente foi informado pela diretoria medidas de contenção de despesas já se antecipando, como sempre e quando convém, a qual-quer encaminhamento da Eletrobras. No entanto, até o ano passado, estas mesmas despesas eram alardeadas aos empregados e a sociedade como formas de melhorar a visibilidade da Eletrosul no mercado como, por exemplo, o patrocínio ao Avaí e Figueirense. Seguindo o raciocínio, os mesmos que inventaram as despesas agora pousam de mocinhos austeros quando o governo resolve diminuir a receita. Resolvem entre si, que devem fazer uma reestruturação na empresa. Não conversam e não escutam as pessoas que serão movimentadas, não tem o menor cuidado com as consequências de seus atos, como se os “culpados” pelos problemas da empresa fossem os trabalhadores. Ou seja, seguem a mesma linha adotada ultimamente pelo governo federal quando se trata do setor elétrico.

A reunião de todos os setores administrativos da sede num “pool” está criando mais dúvidas e questionamentos do que pretendidas soluções. Todos os setores, mas não todos os administrativos. Redução de custos? Nenhuma, muito pelo contrário. Melhoria dos processos? A mesma resposta. A Eletrosul, ao longo de anos, vem sistematicamente diminuindo o quadro de administrativos das áreas, repondo a saída dos aposentados - em alguns casos, por terceirizados. Era de se esperar que em algum momento iriam começar problemas de falta de pessoal para continuidade do trabalho. Na verdade a medida visa “resolver” (ou escamotear?) a falta de trabalhadores nessa importante atividade meio que, da qual, a atividade fim depende em muito para ser realizada.

Ao longo dos anos tem-se constatado o enorme aumento do volume de trabalho em todas as áreas da empresa, ao mesmo tempo em que

a quantidade de trabalhadores cresce muito menos e até mesmo diminui em muitos casos. Em quantos projetos cada trabalhador da área de engenharia precisa atuar? Quantos equipamentos existiam para cada técnico de manutenção interagir no passado, e quantos agora? Quantos quilômetros de linhas de transmissão havia para cada equipe de linhas e como está hoje esta relação? Sistematicamente a direção da empresa tem permitido a diminuição dos quadros em proporção ao volume de trabalho a ser desempenhado por cada área, passando a exigir mais de cada trabalhador.

Ontem, os operadores e outros técnicos envolvidos foram atropelados pela “Nova Política de Operação” da Eletrosul e estão vivenciando diversos problemas que vem afetando a saúde e colocando em risco a segurança desses profissionais, como o acúmulo na carga de trabalho e a agregação de novas e mais complexas atividades sem o adequado treinamento requerido. A questão é tão grave que o Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina está propondo uma revisão da referida política através de um Termo de Ajuste de Conduta.

Hoje, é a hora do pessoal administrativo. Cada qual com sua bagagem, suas expectativas, seu conhecimento e experiência, colocados num mesmo setor para fazerem todos, todas as atividades administrativas e atender a todos os empregados da sede da empresa. E a carreira desses trabalhadores? Passivo trabalhista? O que será do poll depois do PID? Mais atividades e menos pessoas?

Amanhã serão os demais técnicos? Os administradores? Os contabilistas? Os economistas? Os engenheiros? Serão questionados os direitos e conquistas dos empregados? São esses os ventos que sopram na Eletrosul, patrimônio público brasileiro?

CELESC

Acidentes à vista

Novamente os sindicatos da Intercel receberam denúncias sobre problemas com terceirizadas que executam manutenção de emergência nas redes da Celesc. Dois casos graves e preocupantes ocorreram na região de Rio do Sul e colocaram a segurança dos trabalhadores em risco. No primeiro, a equipe terceirizada que prestava a manutenção em uma falta de fase esqueceu de recolocar a tampa do porta-fusível antes de fechar a chave que estava sendo manobrada, ocasionando um arco elétrico que, além de danificar a estrutura, colocou a equipe em uma situação de grande risco. No segundo caso, ao atender uma falta de fase, a equipe terceirizada informou ao despachante que o transformador havia queimado. Ao notar divergência nas informações, o Despachante solicitou uma medição de tensão na rede e foi informado pelos próprios terceirizados que estes não tinham o conhecimento necessário para operar o multi-teste (equipamento de medição). Ambos os casos apresentam um fator em comum alarmante: a falta de capacitação dos trabalhadores terceirizados. É necessário salientar que os trabalhadores não são os culpados por esta situação, pois são atingidos pela precarização das condições de trabalho e de saúde e segurança impostas pela terceirização. Além de denunciar ao Ministério Público e noticiar no Linha Viva vários casos semelhantes, os sindicatos que compõem a Intercel já cobraram diversas vezes da Diretoria de Distribuição o impedimento de terceirizados interferirem na rede da Celesc. Entretanto a Diretoria continua afirmando que estas equipes estão à disposição das agências somente para apoio das equipes da Celesc. Na prática isso não é verdade, já que os terceirizados executam os mesmos serviços dos trabalhadores da Celesc, inclusive recebendo ordens diretas do centro de operação, o que caracteriza subordinação direta a empregados da Celesc em uma flagrante contratação de mão de obra interposta, o que é ilegal. Os sindicatos que compõem a Intercel continuarão lutando pela retirada das terceirizadas da emergência por entender que esta é uma atividade fim da empresa e traz um grande risco a segurança das equipes envolvidas.

PLR

Participação nos Lucros ou Resultados terá isenção de Imposto de renda

Em negociação entre o governo federal e as centrais sindicais, o acordo que beneficia os trabalhadores com a isenção do imposto de renda sobre a PLR de até R\$ 6 mil, foi fechado. Os valores de PLR superiores a R\$ 6 mil também sofreram redução escalonada das alíquotas. Para termos uma ideia do que isto representa, uma PLR de R\$ 10 mil, passa a sofrer um desconto de IR na fonte de R\$ 375,00. Pela regra anterior, o valor para a base de cálculo do IR somaria a remuneração da PLR com a remuneração mensal do trabalhador, acarretando, na maioria dos casos, um valor de R\$ 2.750,00. Conforme vínhamos acompanhando e divulgando, os sindicatos que compõem a Intersul e a Intercel, através da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), também exerceram papel importante como agentes de pressão para que essa medida vigorasse. Mesmo que a proposta dos trabalhadores apresentada pelas Centrais Sindicais, não tenha sido atendida na plenitude, trata-se de um considerável avanço para a classe trabalhadora. A medida provisória foi publicada no Diário Oficial da União do dia 26/12/2012 e já entrou em vigor em 01 de janeiro de 2013. É mais dinheiro na mão de cada trabalhador!

Veja como ficaram as novas alíquotas:

Valores de até R\$ 6 mil de PLR estão isentos do Imposto de Renda
Para valores entre R\$ 6.001 a R\$ 9.000, o IR será de 7,5%.
Para a faixa de R\$ 9.001 a R\$ 12.000 a alíquota de IR será de 15%.
Para a faixa entre R\$ 12.001 a R\$ 15.000 o IR será de 22,5%.
Participação nos lucros acima de R\$ 15 mil pagará alíquota de 27,5%.

ELETROSUL

Eleição para a Ouvidoria da Eletrosul

À exemplo de outras ações definidas pelos participantes do 2º Congresso dos trabalhadores da Eletrosul, dia 11/01 foi protocolada uma solicitação à diretoria da Empresa referente a função de Ouvidoria conforme texto abaixo:

SOLICITAÇÃO

Os participantes do 2º Congresso dos Trabalhadores da Eletrosul, ocorrido de 5 a 7 de dezembro de 2012, em Florianópolis, resolvem solicitar à direção da Empresa que o(a) ocupante da função de Ouvidor(a) na Eletrosul seja uma pessoa eleita dentre os empregados(as). Esta solicitação está fundamentada no fato de que a autonomia necessária para o bom desempenho desta função - principalmente quando se tratar de questões relacionadas ao público interno, depende em muito da credibilidade e confiança dos(as) trabalhadores(as).



Florianópolis, 07 de dezembro de 2012

Intercel
 Intersindical dos eletricitários de Santa Catarina

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC
 Jornalista responsável: Paulo Guilherme Horn (SRTE/SC 3489) | Conselho Editorial: Leandro Nunes da Silva
 Rua Max Collin, 2368, Joinville, SC | CEP 89206-000 | Fone (047) 3028-2161

E-mail: sindsc@terra.com.br | Site: www.sindnorte.org
 As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

Um adeus (tardio) a Aaron Swartz

“Não há justiça em seguir leis injustas. É hora de vir à luz e, na grande tradição da Desobediência Civil, declarar nossa oposição a este roubo privado da cultura pública. Precisamos levar informação onde quer que ela esteja armazenada, fazer nossas cópias e compartilhá-la com o mundo. Precisamos levar material que está protegido por direitos autorais e adicioná-lo ao arquivo. Precisamos comprar bancos de dados secretos e colocá-los na Web. Precisamos baixar revistas científicas e subi-las para redes de compartilhamento de arquivos. Precisamos lutar pela Guerilla Open Access. Se somarmos muitos de nós, não vamos apenas enviar uma forte mensagem de oposição à privatização do conhecimento – vamos transformar essa privatização em algo do passado”.

(Aaron Swartz, em Guerilla Open Access Manifesto)



Raramente gasto algum tempo refletindo ao saber da morte de algum famoso. Morreu, é mais um, espero que tenha vivido bem e deixado suas pegadas pelo mundo. A diferença é que era famoso e continuará vivo de alguma forma. Parte disso é que ainda tenho 26 anos e as pessoas famosas que considero importantes ainda estão vivas e provavelmente continuarão assim pelo menos mais de uma década, e a outra é que encaro a morte como parte intrínseca da vida.

Deixei toda essa conversa de lado quando soube do suicídio do Aaron Swartz. Saber que ele morreu me afetou de verdade, de forma similar a encarar uma deprê pesada e ver que as coisas às vezes se comportam de forma menos otimista do que penso.

Aaron foi um cofundador “não oficial” do Reddit – um dos fóruns mais importantes do mundo, junto com o 4Chan – e com 14 anos foi um dos criadores do padrão RSS. Ganhou uma grana quando a editora Condé Nast – uma das maiores publishers de revistas do planeta – comprou o Reddit e usou o dinheiro para combater na frente de batalha mais importante para ele: a liberdade de informação. Escolheu ser militante ao invés de bilionário, poderia ter usado sua genialidade para criar uma startup e encher os bolsos no Vale do Silício, mas seu negócio não era dinheiro.

Aos 17 anos colaborou com a Wikipédia na elaboração de estudos que identificassem o perfil dos principais escritores do site. Lutou contra o SOPA após fundar a organização DemandProgress.org e criou plataformas gratuitas e simples de criação colaborativa, como o Watchdog, além de ajudar na criação da plataforma Open Library. Depois criou o Guerilla Open Access, com o objetivo de tirar a morosidade dos cientistas, que não lutavam pelo livre acesso aos resultados de suas pesquisas – a maioria dos bancos de pesquisas acadêmicas cobram acesso, o JSTOR cobra US\$ 19, por exemplo. Em uma das entrevistas sobre seu projeto contra o copyright científico, Swartz disse uma das frases mais motivadoras e abrangentes que já li/ouvi: “Eu acredito que você deve sempre estar questionando. Eu levo muito a sério essa atitude científica de que tudo que você aprende é provisório, tudo é aberto ao questionamento e à refutação. O mesmo se aplica à sociedade”

Utilizou um computador do Instituto de Tecnologia de Massachussets (MIT) e baixou milhões de trabalhos científicos protegidos dos sistemas do JSTOR, um sistema online e pago que arquiva artigos científicos. Nunca se soube o que ele pretendia fazer com os arquivos, baixados de forma completamente legal, mas é possível que todos eles fosse compartilhados posteriormente. Fez o que acreditava ser o certo, e o mundo desabou nas suas costas. Nem o MIT e nem o próprio JSTOR mantiveram o processo contra Swartz, mas o governo resolveu usar o caso como exemplo e abriu um processo público – que logo se transformou em 13 processos, incluindo coisas como “fraude eletrônica” e “invasão de sistemas protegidos” – contra ele: o hacker poderia ser condenado a 35 anos de prisão e pagar uma multa de US\$ 1 milhão (primeiro pediram uma multa de US\$ 1 bilhão), algo sem precedentes e com ares abusivos.

Swartz nunca cometeu qualquer infração, mesmo se levarmos em conta que quebra de direitos autorais são uma violação da lei. Os arquivos jamais foram compartilhados e o sistema utilizado para baixar os arquivos era legal. Dessa forma, os promotores foram obrigados a distorcer a lei, e a dizer que o MIT foi prejudicado pelo “uso massivo do equipamento eletrônico do campus” e o JSTOR foi prejudicado “pela lentidão do seu sistema resultado do download em larga escala” perpretado por Swartz.

No Guardian, o jornalista Glenn Greenwald afirmou que Swartz “foi destruído por um sistema de ‘justiça’ que dá proteção integral aos criminosos mais ilustres – desde que sejam integrantes dos grupos mais poderosos do país, ou úteis para estes –, mas que pune sem piedade e com dureza incomparável que não tem poder e, em especial, quem desafia o poder”

Familiares e amigos que conviveram com Aaron afirmam que o processo sem dúvida contribuiu para o suicídio. Creio que não foi motivada por nenhuma forma de medo de ser preso, mas sim por desilusão: ver que por mais que se lute, o mundo piora. Ver o governo que você ajuda a sustentar cair em cima de você como cães famintos por um conjunto de informações que deveria ser pública com sua leitura incentivada em qualquer lugar do planeta com o mínimo de compromisso com o progresso, deve ser por demais desanimador.

Desde 2007 Aaron lutava contra a depressão. A acusação pública e a possibilidade de se ver privado de sua liberdade deve tê-lo empurrado ainda mais rumo a um estado sem volta. Do outro lado, Washington parece mirar a caça aos hackers como uma forma de desviar a atenção do fato de que os sistemas de segurança digital do país serem ridiculamente inseguros. Impor penas duríssimas após processos kafkianos – como o de Bradley Manning – parece ser a estratégia de um maquinário estatal que não consegue evoluir e nem garantir a segurança de seus próprios domínios. Parece um sinal da verdade afirmada pelo anarquista Bob Black: “A Guerra é um símbolo da saúde de um Estado”. Um Estado sem um inimigo claro a ser combatido parece não consegue pilhar uma população, não consegue tornar 1% de seus habitantes bilionários, e deixar o restante vivendo em um limbo existencial e com medo do futuro.

Aaron foi escolhido como um desses inimigos. Uma mente genial, questionadora e pronta a cair de cabeça em batalhas pessoais gigantescas em nome do bem público e da liberdade de informação. A morte dele parece que não será em vão: o JSTOR já disponibilizou uma pequena parte de seu acervo publicamente e é provável que outros bancos acadêmicos façam o mesmo. A deputada Zoe Lofgren, da Califórnia, postou no Reddit um projeto de lei que leva o nome de Swartz, e prevê que atos como o do hacker sejam livres do que Lofgren chamou de “abuso de poder”. Unidos, esses dois fatos parecem ser o sinal da chegada de novos ares. É difícil não ficar mal com tamanha covardia de uma instituição que deveria defender seu povo e prefere lutar somente pelos mais ricos. Por isso, Aaron Swartz foi o primeiro militante a morrer que me levou a realmente ver o mundo de uma nova forma. Aaron Swartz foi encontrado morto em seu apartamento, em Nova York, no dia 11 de janeiro. Ele tinha 26 anos. A causa da morte foi enforcamento.

Fonte: <http://mobground.net/>

